



Delta 2 Energia S.A.

Demonstrações
financeiras de 2019



Índice



BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO	7
3. GESTÃO DE RISCOS	10
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	13
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	14
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	15
7. INVESTIMENTOS	15
8. IMOBILIZADO	16
9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	17
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	18
11. FORNECEDORES	20
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	21
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	21
14. PARTES RELACIONADAS	21
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	23
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	24
17. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS	24
18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	24
19. RESULTADO FINANCEIRO	25
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	26
22. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	27

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.826	740	26.677	8.531
Clientes	5	-	-	42.766	29.735
Dividendos a receber		2.268	6.231	-	-
Outros créditos	6	1.597	2.067	5.056	8.004
		5.691	9.038	74.499	46.270
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	14.272	19.438
Clientes		-	-	448	-
Outros créditos		-	-	122	-
		-	-	14.842	19.438
Investimentos	7	146.738	144.697	-	-
Imobilizado	8	-	-	370.656	386.943
Intangível		-	-	14.891	813
		146.738	144.697	385.547	387.756
		146.738	144.697	400.389	407.194
Total do ativo		152.429	153.735	474.888	453.464

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores	11	1	5	24.963	12.127
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	2.344	3.944	15.523	15.871
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	-	-	3.478	2.882
Arrendamentos		-	-	1.292	-
Outras obrigações	13	1.286	4.657	10.520	9.617
		3.631	8.606	55.776	40.497
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	29.787	30.036	284.515	296.392
Fornecedores	11	-	-	842	8
Arrendamentos		-	-	13.211	-
IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	1.450	1.223
Outras obrigações	13	-	-	83	251
		29.787	30.036	300.101	297.874
Total do passivo		33.418	38.642	355.877	338.371
Patrimônio líquido					
Capital social	16	90.656	90.656	90.656	90.656
Reservas de capital		876	876	876	876
Reservas de lucro		27.479	23.561	27.479	23.561
Total do patrimônio líquido		119.011	115.093	119.011	115.093
Total do passivo e patrimônio líquido		152.429	153.735	474.888	453.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	17	-	-	98.009	100.964
Custos da operação, conservação e compras	18	-	-	(59.626)	(43.648)
Lucro bruto				38.383	57.316
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	19	(130)	(79)	(2.806)	(1.385)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	45	434	808
Resultado de equivalência patrimonial	7	8.926	25.611	-	-
		8.796	25.577	(2.372)	(577)
Resultado operacional		8.796	25.577	36.011	56.739
Receitas financeiras	20	42	137	1.628	1.113
Despesas financeiras	20	(3.699)	(6.156)	(29.348)	(34.579)
		(3.657)	(6.019)	(27.720)	(33.466)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.139	19.558	8.291	23.273
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	(3.152)	(3.715)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.139	19.558	5.139	19.558

Demonstrações de resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.139	19.558	5.139	19.558
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	5.139	19.558	5.139	19.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros estatutária	Lucro líquido acumulados	
Em 31 de dezembro de 2017	90.656	876	424	10.037	-	101.993
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	(1.813)	-	(1.813)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.558	19.558
Reserva legal	-	-	978	-	(978)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(4.645)	(4.645)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	13.935	(13.935)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	90.656	876	1.402	22.159	-	115.093
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.139	5.139
Reserva legal	-	-	257	-	(257)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.221)	(1.221)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	3.661	(3.661)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	90.656	876	1.659	25.820	-	119.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.139	19.558	8.291	23.273
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	18.183	17.373
Resultado de equivalência patrimonial	(8.926)	(25.611)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	3.689	4.983	26.317	29.109
Receita financeira de aplicações financeiras	-	(142)	(1.630)	(1.197)
Outros	(801)	896	(992)	924
	(880)	(316)	50.169	69.482
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	(758)	(13.479)	2.510
Outros créditos	470	6.602	2.826	(4.056)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(4)	5	13.670	(16.294)
Arrendamentos	-	-	14.503	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(5)	823	680
Outras contas a pagar	54	(106)	4.159	(117)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(360)	5.422	72.671	52.205
Dividendos recebidos	6.090	1.937	-	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(2.635)	(3.186)	(24.237)	(27.429)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.152)	(2.492)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.095	4.173	45.282	22.284
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(15.974)	(965)
Aplicações financeiras	-	142	6.796	(5.519)
Investimento em controladas	4.757	-	-	-
Redução de capital em controladas	-	4.240	-	-
Caixa aplicado (usado) nas atividades de investimentos	4.757	4.382	(9.178)	(6.484)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal - empréstimos, financiamentos e debentures	(2.122)	(6.230)	(13.313)	(8.367)
Dividendos pagos	(4.645)	(1.813)	(4.645)	(1.813)
Caixa gerado (usado) nas atividades de financiamentos	(6.766)	(8.043)	(17.958)	(10.180)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.086	512	18.146	5.620
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	740	228	8.531	2.911
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.826	740	26.677	8.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 2 Energia S.A. ("Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubistchek, nº. 1830, 6º. Andar, conjunto 62. A Delta 2 é uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração 1 S.A. ("OE&I1"). Em 12 de maio de 2017 a OE&I1 passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. ("Omega"), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega.

Fundada em 2011, a companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 2 e suas controladas diretas ("Delta 2", "Grupo" ou "Companhia") operam 3 empreendimentos, denominados complexo Delta 2 ("UGC Delta 2"), com capacidade total instalada para geração de 74,8 MW de energia renovável, localizados nos estados do Piauí. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 2 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa ("UGC").

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 25 de março de 2020, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Delta 2 é o real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 10.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2019	2018
Porto do Delta Energia S.A. ("Porto do Delta")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A. ("Testa Branca I")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A. ("Testa Branca III")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC06(R2) / IFRS16 Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou pela primeira vez o CPC06(R2) / IFRS 16 Arrendamentos, emitido pelo IASB em janeiro de 2016, que substitui a CPC 06 (R1) / IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve ser reconhecido um passivo de arrendamento no balanço patrimonial correspondente ao valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo reconhecer um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo o CPC 06 (R1) / IAS 17. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia realizou a transição para essa nova regra utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, reconhecendo um passivo de arrendamento e um ativo intangível decorrente dos direitos de uso. Sendo assim, não estão sendo reapresentadas informações e saldos em base comparativa.

A nova política contábil para reconhecimento e mensuração dos arrendamentos inclui:

- Contratos cujos prazos sejam superiores a 12 meses;
- Operações cujos valores não sejam considerados de baixo valor; e
- Aplicação da taxa incremental de empréstimo ("IBR") por parque, ou seja, a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no ativo imobilizado.

A adoção inicial deste pronunciamento resultou no reconhecimento de um passivo de arrendamento no valor de R\$14.616, em contrapartida do ativo intangível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia analisou os impactos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 emitido pela CVM em 18 de dezembro de 2019, que trata basicamente dos aspectos relevantes da adoção do CPC06(R2) / IFRS 16. Como resultado, a Companhia alterou sua metodologia para a aplicação da taxa de desconto, adotando a recomendação de uso da taxa considerando dados públicos sobre títulos federais (considerados como livres de riscos) acrescidos do *spread* de risco da Delta 2, auferidos com base nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com características semelhantes de prazo e garantias. Essa alteração, não provocou impactos materiais nas demonstrações financeiras apresentadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia concorda com o entendimento da CVM no sentido de que o determinado pelo CPC06(R2) em relação ao fluxo de caixa projetado provoca incorreções técnicas, uma vez que recomenda que esses fluxos de caixa projetados não incluam a inflação projetada, porém que a taxa de desconto seja nominal. Assim, ao projetar os fluxos de caixa para desconto, a Companhia adotou como política utilizar os valores contratuais corrigidos por uma inflação projetada, com base nos dados projetados pelo BACEN, descontando pela IBR, conforme comentado acima.

Os detalhes dos efeitos da adoção do novo pronunciamento, das operações de arrendamento vigentes, seus saldos e demais divulgações requeridas estão demonstrados na Nota 21.

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou as principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis e da revisão de pronunciamentos existentes emitidos pelo IASB/CPC até a data dessas demonstrações financeiras, mas que ainda não estão em vigor. Nessa avaliação, foi realizado o julgamento de quais alterações seriam relevantes para a Omega, quantitativa ou qualitativamente, e concluiu que não há impacto significativo nos negócios da companhia. Um resumo é apresentado a seguir.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre a capacidade dos participantes no mercado de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para harmonizar a definição de omissão em todas as normas contábeis e determinar de forma mais objetiva que a informação é material se sua omissão puder influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras fazem com base nessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Além das alterações mencionadas acima, não existem outros pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.5	Impactos do IFRS 16
8	Imobilizado
9	Teste de <i>impairment</i> e ativos não financeiros

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora indireta Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, sazonalidade das receitas, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção ("O&M") de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir da eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, a Companhia terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Delta 2 e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo).

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 22

A Delta 2 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da desconstrução de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.677	8.531
Clientes	5	42.766	29.735
Caixa restrito	4	14.272	19.438
Total		83.715	57.704

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES, Debêntures emitidas e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 10 e 21

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 10.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixos riscos na interrupção dos seus negócios. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$510 milhões. A Omega acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos	173	70	10.939	3.561
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.653	670	16.578	4.970
Caixa e equivalentes de caixa	1.826	740	26.677	8.531
Caixa restrito	-	-	14.272	19.438
Total	1.826	740	40.949	27.969

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, livres de IOF, lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 10.

A remuneração média das aplicações financeiras de liquidez e caixa restrito em 31 de dezembro de 2019 foi de 93,02% do CDI (96,31% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável. A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 17.

	Consolidado	
	2019	2018
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	3.628	16.038
Consumidores livres e distribuidoras	8.180	3.058
Partes relacionadas (Nota 14)	30.958	10.639
Excedente CCEAR	448	-
Total	43.214	29.735

Contas a receber regulado (distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2019 e 2018, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRRF/CSLL	1.188	1.183	2.571	2.074
PIS/COFINS	-	-	482	-
Adiantamento a fornecedores	-	45	810	1.352
Partes relacionadas	409	81	897	3.504
Despesas a apropriar	-	-	-	316
Outros	-	758	418	758
Total	1.597	2.067	5.178	8.004

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 15.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto de Delta	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	51.251	38.210	41.893	131.354
Dividendos complementares	-	(1.938)	-	(1.938)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.555)	(2.229)	(2.306)	(6.090)
Redução de capital	(1.196)	(1.352)	(1.692)	(4.240)
Resultado de equivalência patrimonial	6.542	9.371	9.698	25.611
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.042	42.062	47.593	144.697
Resultado de equivalência patrimonial	4.557	3.138	1.231	8.926
Aumento de capital em caixa nas controladas	(1.341)	1.517	1.899	(4.757)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.082)	(745)	(301)	(2.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	57.182	42.950	46.606	146.738

7.2 Informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados das investidas

	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto de Delta
Ativo circulante	23.642	27.805	25.342
Ativo não circulante	119.791	116.177	163.645
Passivo circulante	19.514	20.245	20.321
Passivo não circulante	66.737	80.787	122.837
Patrimônio líquido	57.182	42.950	45.829
Receita líquida	28.248	29.508	40.253
Lucro líquido	4.557	3.138	1.266

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 9.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação apenas para os saldos consolidados, conforme a seguir:

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	397.896	5.261	43	113	403.313
Adições	204	-	(43)	842	1.003
Depreciação	(17.178)	(193)	-	(2)	(17.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.922	5.068	-	953	386.943
Adições	839	37	634	5	1.515
Baixas	(65)	-	-	-	(65)
Depreciação	(17.540)	(195)	-	(2)	(17.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.156	(158)	634	956	370.656
Custo histórico	419.303	5.513	-	959	425.775
Depreciação acumulada	(38.381)	(445)	-	(6)	(38.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.922	5.068	-	953	386.943
Custo histórico	420.077	5.550	634	964	427.225
Depreciação acumulada	(55.921)	(640)	-	(8)	(56.569)

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.156	4.910	634	956	370.656

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 10 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2019 são as seguintes:

	Taxas de depreciação			
UGC	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	
UGC Delta 2	4,1%	3,7%	6,3%	

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de impairment é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o seu valor em uso, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia possui apenas uma UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e a sua margem operacional:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019				
UGC	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
UGC Delta 2	370.656	14.891	385.547	37%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional positiva. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessa UGC para auferir o seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração do empreendimento, bem como taxas de desconto que variam de 4,54% a.a. até 4,94% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções, das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros da UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização dessa unidade. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos, financiamento e debêntures são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	Total 2018
Contratos BNDES	13.208	11.955	255.077	266.734	268.285	278.689
Debêntures	2.418	4.018	30.211	29.702	32.629	33.720
Custo de transação	(103)	(102)	(773)	(44)	(876)	(146)
Total	15.523	15.871	284.515	296.392	300.038	312.263

O saldo apresentado para a controladora refere-se ao valor das debêntures e de seus respectivos custos de captação no montante total líquido de R\$32.131.

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDES, bem como debêntures emitidas. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2019	2018
BNDES	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,18% a 2,48%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	268.285	278.689
Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,37%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	32.629	33.720
					300.914	312.409

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de 4,04 anos e 8,36% a.a.

10.2 Movimentação do saldo

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	312.263
Pagamento de principal	(9.615)
Encargos financeiros pagos	(28.175)
Encargos financeiros provisionados	26.295
Amortização de custo de transação	(730)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	300.038

10.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2020	14.674	29.714	44.388
2021	15.663	30.565	46.228
2022 a 2024	61.966	90.987	152.953
2025 a 2027	71.075	62.172	133.247
2028 a 2030	73.434	23.322	96.756
2031 a 2032	59.090	5.414	64.504
Após 2032	4.061	27	4.088
	299.963	242.201	542.164

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, inflação e dos juros contratuais.

10.4 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária

10.5 Covenants Financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos em 31 de dezembro do grupo por UGC:

	ICP	ICSD	Índice financeiro
UGC Delta 2	≥ 25%	≥ 1,25	N.A.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos *covenants*. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	ICSD – BNDES 2019	ICSD – Debênture 2019
Geração de caixa das atividades (a)	53.472	51.042
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	8.291	8.291
(+) resultado financeiro	27.720	27.720
(+) depreciações e amortizações	18.183	18.183
(+) IRPJ e CSLL apurados	(3.152)	(3.152)
(+) investimentos realizados (Nota 8)	(1.515)	N/A
(+) distribuição de capital devida (Nota 15.2)	(1.221)	N/A
(+) resgate de contas de reservas de serviço de dívida e O&M ⁽¹⁾	5.166	N/A
Serviço da dívida (b)	37.550	37.550
Amortização de principal	13.313	13.313
Pagamento de juros	24.237	24.237
ICSD auferido (a)/(b)	1,42	1,36

⁽¹⁾ Variação da rubrica "Caixa restrito" classificada no Ativo não circulante.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecedores de equipamentos	144	100
Fornecedores O&M e serviços gerais	181	9.537
Compra de energia	25.480	2.498
	25.805	12.135
Apresentados no passivo:		
Circulante	24.963	12.127
Não circulante	842	8

Fornecedores de equipamentos: decorrem do saldo de pagamentos pós *completion* de aerogeradores e serviços de construção civil dos parques eólicos.

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1, a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentados a seguir

	2019	Consolidado 2018
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	830	784
Impostos a pagar	2.623	1.634
Tributos retidos sobre terceiros	25	464
	3.478	2.882

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	2019	Consolidado 2018
Dividendos	1.230	4.645
Partes relacionadas	8.600	4.175
Provisões diversas	530	727
Outros	243	321
	10.603	9.868
Apresentados no passivo:		
Circulante	10.520	9.617
Não circulante	83	251

14. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

14.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

14.1.1 Controladora

	2019			2018		
	Ativo circulante	Passivo circulante		Ativo circulante	Passivo circulante	
	Outros créditos	Outras obrigações	Dividendos a pagar	Outros créditos	Outras obrigações	Dividendos a pagar
Omega	-	48	-	-	-	-
OE&I1	-	5	1.230	-	-	4.645
UGC Delta 2	-	1	-	81	12	-
UGC Delta 5	409	-	-	-	-	-
	409	54	1.230	81	12	4.645

14.1.2 Consolidado

	2019					2018				
	Ativo circulante		Passivo circulante			Ativo circulante		Passivo circulante		
	Cientes	Outros créditos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Cientes	Outros créditos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras obrigações
Omega	-	28	-	-	1.389	-	27	1	-	812
OE&I1	-	-	-	1.230	860	-	-	-	4.645	-
UGC Delta 1	78	416	16	-	291	82	2.165	-	-	195
UGC Delta 2	-	-	-	-	-	-	-	5	-	1.148
UGC Delta 3	-	3	-	-	5.270	189	91	96	-	42
UGC Delta 5	-	409	-	-	1	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	-	-	-	3	-	-	-	-	2
UGC Assuruá	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-
UGC Gargaú	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
UGC Serra das Agulhas	-	-	-	-	4	748	-	1.930	-	-
UGC Indaiás	295	-	-	-	1	295	-	-	-	-
Grupo Omega	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Desenvolvimento	-	33	-	-	73	-	-	-	-	29
Comercializadora	30.585	8	24.568	-	696	9.325	1.221	8.215	-	1.945
	30.958	897	24.584	1.230	8.600	10.639	3.504	10.255	4.645	4.175

14.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

14.2.1 Controladora

Não tivemos receitas ou despesas intercompanhia afetando a controladoras nos exercícios de 2019 e 2018.

14.2.2 Consolidado

	2019			2018		
	Custos da operação, conservação e compras	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custos da operação, conservação e compras	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais
Omega	-	-	(2.123)	-	-	1.498
UGC Delta 1	(286)	-	7	(123)	222	294
UGC Delta 2	-	-	-	-	-	1
UGC Delta 3	(4)	-	-	-	523	-
UGC Delta 5	-	-	(1)	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	(1)	-	-	-	-	-
UGC Gargaú	(1)	-	-	-	-	-
UGC Serra das Agulhas	(4)	-	-	-	842	-
UGC Indaiás	(1)	-	-	-	298	-
UGC Assuruá	(11)	-	-	-	-	-
Grupo Omega Desenvolvimento Comercializadora	(16.692)	22.416	(151)	(7.776)	10.871	(337)
	(17.000)	22.416	(2.268)	(7.899)	12.756	1.581

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia à fianças e garantias apresentadas na Nota 10.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração os acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, quando aplicável.

15.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$90.656.185,14, representado por 134.285.590 ações ordinárias e 6.040.350 ações preferenciais. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração 1 S.A.

15.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2019 é a seguinte:

Proposta da Administração	2019
Lucro líquido do exercício	5.139
(-) Reserva legal 5%	(257)
(=) Lucro líquido ajustado	4.882
Destinação dos resultados	
Dividendos obrigatórios – 25%	(1.221)
Parcela destinada a reserva de lucros a realizar	3.661

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Vendas no ACL	53.656	291.221	82.178	364.678
Vendas ACR	21.118	89.510	-	-
Contabilização CCEE	4.301	-	10.130	57.529
Partes relacionadas	22.416	118.494	12.756	72.580
Impostos	(3.482)	-	(4.100)	-
	98.009	499.226	100.964	494.787

17. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2019	2018
Compra de energia	(32.613)	(17.819)
Depreciação e amortização	(18.115)	(17.369)
O&M	(5.816)	(5.262)
Encargos regulatórios	(2.631)	(2.769)
Crédito de Pis e Cofins sobre custos	-	-
Outros	(451)	(429)
	(59.626)	(43.648)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2019	2018
Despesas de pessoal, geral e administrativa	(2.292)	(1.008)
Depreciação e amortização	(68)	(4)
Outras	(446)	(373)
	(2.806)	(1.385)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	44	142	1.630	1.197
Outras receitas	-	2	-	(77)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2)	(7)	(2)	(7)
	42	137	1.628	1.113
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.689)	(4.983)	(26.317)	(29.109)
Juros sobre arrendamento operacionais	-	-	(890)	-
IOF	-	(135)	-	(136)
Comissão sobre fiança	(242)	(951)	(2.103)	(3.549)
Custo de transação	(71)	(66)	(100)	(92)
Outras despesas	303	(21)	62	(1.693)
	(3.699)	(6.156)	(29.348)	(34.579)
Resultado financeiro líquido	(3.657)	(6.019)	(27.720)	(33.466)

20. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16, conforme Nota 2.5.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

			2019
UGC	% Arrendamento sobre geração	Término	Passivos de arrendamentos
Delta 2	0,6-	2045	14.503
Total			14.503
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.292
Não circulante			13.211

De acordo com a Nota 2.5, a Companhia revisou a taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento, utilizando a taxa de 9,53%.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial do IFRS 16	14.616
Juros incorridos sobre o passivo	890
Pagamento de arrendamentos	(1.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.503

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	2019	2018	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	25.677	8.531	A
Caixa restrito	14.272	19.438	A
Clientes	43.214	29.735	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	300.038	312.263	A
Fornecedores	25.805	12.135	A

A – Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus ("Covid-19") e não foi observado até a data da apresentação das demonstrações financeiras nenhum impacto relevante nas atividades da Companhia, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do vírus Covid-19. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto e qualquer mudança iremos informar ao mercado.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12^a andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 2 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delta 2 Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delta 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 30 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020



Rafael Dominguez Barros
CT/CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1